

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: PIX-Quarup/Visitas

Data: 18/08/85 Pg.: 713

4468

O Brasil tinha - na década de 40 - um milhão de índios que hoje não passam de 220 mil. Para o Ministro da Cultura, esse número é o perfil exato do extermínio e da falta de política.

Cultura busca novos caminhos no Brasil

Memélia Moreira

Faltam cadeiras para os que chegam, as secretárias trabalham fora do horário para atender os inúmeros telefonemas, os assessores já desistiram de almoçar no horário convencional e todos, sem exceção, transmitem otimismo e bom-humor.

Se alguém tem dúvidas da chegada da Nova República, basta dar uma passadinha no Ministério da Cultura. É nesse ambiente de efervescência, falta de comodidade e, sobretudo de inteligência, que o mineiro Aloísio Pimenta, 62 anos, aposentado pelo AI-5, em 1968, começa a traçar uma política cultural brasileira.

O próprio gabinete já demonstra a facilidade de acesso. Fica no térreo e o ministro pode aparecer a qualquer hora na porta, pedindo a presença de alguém ou chamando os jornalistas que o esperam, principalmente nessa última semana, quando Aloísio Pimenta, convidado especial das lideranças xinguanas para a festa do Quarup, viu-se cercado por toda a imprensa brasileira e grande parte da imprensa internacional que trabalha em Brasília.

Consciente do importante significado que assumiu frente à política indigenista desde que foi convidado pelos xinguanos para a festa e designado pelo presidente Sarney para representar o Governo brasileiro junto às nações indígenas do Alto Xingu, Aloísio Pimenta é capaz de se perder horas falando apaixonadamente da diversidade cultural brasileira, nos «quatro, cinco brasis que convivem nesses oito milhões de quilômetros quadrados», como ele se refere às nossas distintas manifestações ou de Fitoquímica, sua especialidade aprendida primeiro nas Minas Gerais, onde se formou em Farmácia, e na Itália, quando se aperfeiçoou nos 16 anos de exílio.

Muitos brasis

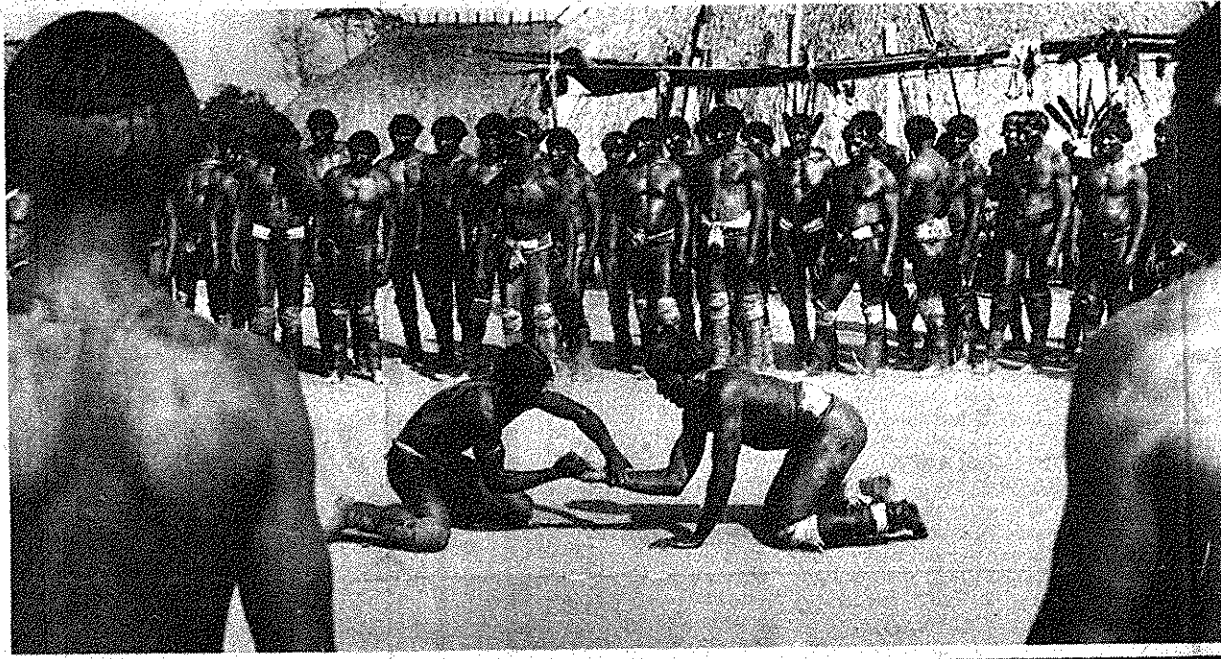
Sua formação política vem da Igreja, depois, o PTB histórico e a reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais. Aposentado pelo Ato Institucional número Cinco, ele saiu pela Inglaterra, Chile e Itália, tendo participado da equipe do professor Daniel Bovet, Prêmio Nobel em Farmacologia, colaborando para a descoberta do curare sintético.

Antes de assumir o Ministério da Cultura percorreu 12 Estados, a pedido do presidente Tancredo Neves. Sua viagem resultou num reexame da questão nordestina e a confirmação de uma tese antiga do professor Jacques Lambert, autor de «Os dois Brasis».

Aloísio Pimenta discorda do



Aposentado pelo AI-5 em 1968, Aloísio Pimenta quer traçar os rumos da nova cultura brasileira. Trabalha num ambiente simples e informal e, recebe jornalistas com regularidade. Reclama de verbas para o setor, defende uma política indigenista e a reformulação da Funai visando a uma maior assistência para o índio brasileiro. Hoje, ele irá ao Quarup, no Xingu.



número. «Não são dois brasis, são três, quatro, cinco, até. Há o Brasil urbano, o Brasil rural, o Brasil indígena e o negro no Brasil que se espalha no meio rural e urbano», disse ele, admitindo também que embora exista uma Nação brasileira, há dentro do Brasil «diversas nações, como as nações indígenas, que o Brasil ignora, do ponto de vista cultural. Basta dizer que não temos uma universidade que se dedique à cultura indígena. Encaramos o problema com paternalismo, com dó do índio e não temos uma política real de defesa do índio. Na década de 40, havia um milhão de índios no território brasileiro e hoje são pouco mais de 200 mil indivíduos. Isso indica o extermínio, a falta de política».

Pimenta, ao se referir à diversidade dos brasis, lembra que tanto o negro como o índio é marginalizado dos demais brasis. «Se a gente começa a falar disso com seriedade, logo levam no deboche, na galhofa, como se fosse folclore», denuncia o ministro da

Cultura, que quer modificar esse quadro, apresentando os diferentes brasis um ao outro e integrando os quatro pontos cardeais da cultura brasileira.

Na véspera de sua viagem ao Xingu, onde se encontra hoje assistindo à última fase do ritual do Quarup e onde dormiu na noite de ontem na aldeia dos Walapiti, na casa do chefe Aritana, Aloísio Pimenta respondeu algumas perguntas sobre seu efervescente Ministério, falou do seu projeto de resgatar a memória nacional e fez uma denúncia: «A cultura sempre foi a Gata Borracheira do Ministério da Educação, basta ver as verbas destinadas».

P — Ministro, qual a herança cultural recebida pelo novo Ministério, depois de 20 anos de autoritarismo. Em que ponto está a política cultural brasileira?

Aloísio Pimenta — O Brasil não tem uma política cultural. Pior do que isso, a cultura sempre foi a «gata borracheira» do

Ministério da Educação e Cultura, haja vista as verbas. Mínimas. Agora retomamos essas verbas. Mas isso de não ter uma política cultural é coisa mesmo do Brasil. O Brasil sempre foi um país muito fraco em matéria de planejamento, mesmo antes de 64. Houve uma tentativa no tempo do Juscelino, com o Celso Furtado como secretário do Planejamento, mas depois veio o movimento militar de 64 e com ele, o antiplanejamento. Centralizaram tudo e tudo foi feito aos pedaços. Felizmente, para nós, não havia uma política cultural brasileira, porque nesse caso, teríamos herdado uma política de autoritarismo e seríamos obrigados a fazer mudanças. E é difícil fazer mudanças.

P — Como se fará então o projeto da política cultural? Quais os seus planos para implantar o Ministério?

Aloísio Pimenta — Nós temos

sidido muito criticados por isso que eu vou dizer, mas a verdade, é que não temos o projeto pronto. Seu tirasse um plano do bolso do colete, estaria sendo contraditório comigo mesmo. Passei 20 anos exigindo maior participação nas decisões e não vamos agora chegar com tudo pronto. O que tem nos ajudado muito é o pensamento de Aloísio Magalhães, Mário de Andrade, Rodrigo de Mello Franco, mas estamos interessados é na maior participação. Queremos organizar o Ministério com uma moderna estrutura administrativa, flexível, eficiente para executar a política cultural. E essa política ainda está sendo traçada. Partimos para uma visita a todos os Estados onde discutimos com todas as Secretarias de Cultura. As discussões acontecem entre elementos do Governo, comunidade envolvida nos diversos setores, artes, letras, universidades, sindicatos, estudantes, procurando ouvir de todos qual a

idéia que têm de um Ministério da Cultura, sua função em um país em desenvolvimento e que assuntos se deveria tratar prioritariamente. A medida que ocorreram essas viagens, convocamos a Brasília grupo de administradores de muito bom nível para atuar conosco em dois sentidos: discutindo com nossos funcionários para se chegar a uma estruturação básica preliminar que nos permita funcionar com uma secretaria-geral bem organizada, um gabinete de ministro bem flexível e já definido dois setores no Ministério: um de ação cultural e outro de patrimônio histórico cultural. Depois de se recolher todas as opiniões vamos preparar seminários, o primeiro na próxima semana, com um grupo de estudiosos ligados ao setor cultural para que em três dias discutam o que pensam de uma política cultural e apresentem sugestões para uma organização definitiva, que não seja centralizadora, flexível, e que cubra todo o espectro da cultura sem ser excessivamente abrangente. Outro seminário será feito com um grupo do próprio Ministério para manter a mesma discussão. Dos dois seminários resultará um trabalho que será novamente examinado, dessa vez por um grupo menor e, a partir daí, se estabelecerá as reais bases de uma organização duradoura para o Ministério da Cultural. É preciso dizer duradoura, não definitiva, porque esse negócio de definitivo não funciona».

P — E como ficam as culturas do índio e do negro dentro do Ministério?

Aloísio Pimenta — Nós estamos deixando de valorizar a cultura negra e eles precisam fazer parte da nossa cultura e é um erro grave pensar que, com isso, estaremos criando guetos. Eu gostaria de ver uma grande integração e não um Brasil semelhante aos Estados Unidos, dividido entre brancos, chicanos, índios, portugueses. E nós temos ainda oportunidade de fazer essa integração. Valorizar essa cultura para integrá-la. Quanto à questão indígena o que temos visto é uma abolista falta de política indigenista. A Funai deveria ser revista. O Governo tem que fazer uma revisão profunda na Funai porque ela representa o resultado de uma ação autoritária que a Nova República deve reformular para que de sua direção participem os Ministérios da Educação, Saúde, Cultura, Justiça, Saúde. Uma política de real respeito à terra, porque só assim será preservada a integridade cultural das nações indígenas.